

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO

MESTRADO EM: CIÊNCIAS EMPRESARIAIS

A IMPORTÂNCIA DO GÉNERO NO DESENVOLVIMENTO DAS ACTIVIDADES
DO MICROCRÉDITO: CASO PORTUGUÊS

JOAQUIM ALARICO ARAÚJO FERNANDES

Orientação: Professor Doutor Paulo Lopes Henriques

Julho/2010

Abreviaturas

BCSD - Business Council for Sustainable Development

BWTP - Banking With The Poor Network

EFILWC - European Foundation for the Improvement of Living and Working
Conditions

FIDA – Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola

INE – Instituto Nacional de Estatísticas

IAPMEI - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento

ONU – Organização das Nações Unidas

RMG – Rendimento Mínimo Garantido

UE – União Europeia

UNCDF – United Nations Capital Development Fund

WIDE - Women In Development Europe

Resumo

A exclusão social e a pobreza afectam os vários quadrantes da sociedade, tais como os desempregados, as pessoas com poucas habilitações literárias, os jovens, os imigrantes e as mulheres. Em todo o mundo o microcrédito é considerado um instrumento para combater estes dois fenómenos porque permite que os indivíduos criem o seu próprio negócio. A presente dissertação faz uma análise sobre a importância do género masculino e feminino no sucesso do microcrédito em Portugal e o papel que tem este instrumento na exclusão social. O microcrédito é concedido maioritariamente em Portugal às mulheres e com uma idade média de 38 anos, porém, ao contrário de vários países, o grau de exclusão é maior nos homens e são eles que estão mais dependentes em relação ao crédito. Por outro lado, as habilitações literárias e o estado civil são importantes para o sucesso de negócio.

Palavras-chave: Microcrédito, exclusão social, género e sucesso de negócio.

Abstract

The social exclusion and the poverty affect many sectors in our society, such as unemployment, people with lack of literacy skills, the young people, the immigrants and women. Microcredit is considered to be an instrument to fight against these two issues in the whole world as it allows the individuals to create their own business. The present article seeks to make an analysis in Portugal about the relevance of the gender male and female in microcredit. Microcredit is provided mainly in Portugal to women and to people with a mean age of 38 years, but unlike many countries, the degree of exclusion is greater in men and it is they who are most dependent on credit. Moreover, the educational level and marital status are important to business success.

Keywords: Microcredit, social exclusion, gender and business success.

Rezumo

A exclusaun social no moris kiak hanesan moras at ida mak kona ba ema barak, tamba serviçu la iha, ema nebé ho habilitasoens literárias kik, ema klosan no fetoran sira no mos ema sira nebé mai hosi rai seluk seluk. Ilha mundo tomak microcrédito ne'e hanesan buat diak ida, tamba ema sira sei hili nia hodi halao sira nia negócio rasik.

Buat hotu hotu mak hatudo iha surat ne'esei buka atu halo analis importante ida kona ba idak idak nia na rasik hodi nuné, bele hetan sucesso microcrédito iha Portugal no nia hahalok hamutuk iha exclusaun social. Microcrédito ne'e iha Portugal sei fo'o liu liu ba ema feto sira nebé mak iah tinan 38 (tolunulo resin oalo), laós hanesan iha rai seluk seluk nebé exclusaun ne'e bot liu liu iha mane sira nia claran, tanba ne'e crédito sei monu lilu liu ba sira. Atu bele hetan credito ne'e tenke iha habilitasoens literaris no estado civil caben nain ou la caben.

Palavras-chave: Microcrédito, exclusaun social, feto/mane, sucesso de negócio.

Índice

Abreviaturas	2
Resumo.....	3
Abstract	4
Lista de tabelas	8
Agradecimentos.....	9
1. Introdução	10
2. Microcrédito	12
2.1. Definição de Microfinança e Microcrédito	12
2.2. Importância do Microcrédito.....	13
2.2.1. Nas Falhas de Mercado e de Estado	13
2.2.2. No combate à pobreza	16
2.2.3. No Género	19
2.2.4. Nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.....	22
2.2.5. No Terceiro Mundo	23
2.2.6. Na Europa.....	25
3. Metodologia	33
4. Evidência empírica.....	36
4.1. Caracterização das variáveis	36
4.2. Definição dos modelos	47
5. Discussão de Resultados, limitações e conclusões.....	52
5.1. Discussão de Resultados	52
5.1.1. Sucesso	52
5.1.2. Grau de exclusão	55
5.2. Limitações	59
5.3. Conclusões	59
Bibliografia	61

Sítios da Internet	68
--------------------------	----

Lista de tabelas

Tabela 2.1: Relação entre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e o Microcrédito	22
Tabela 4.1: Caracterização das Variáveis.....	36
Tabela 4.2: O sucesso do negócio segundo o género	37
Tabela 4.3: Distribuição do género por grupo etário.....	38
Tabela 4.4: Distribuição do género segundo o estado civil.....	38
Tabela 4.5: Distribuição do género segundo as habilitações literárias.....	39
Tabela 4.6: Distribuição do género de acordo com a profissão anterior	40
Tabela 4.7: Total de desempregados segundo o género (%)	40
Tabela 4.8: Relação entre habilitações literárias e profissão anterior (em termos absolutos).....	41
Tabela 4.9: O género e os apoios recebidos	42
Tabela 4.10: O género de acordo com a dependência face ao crédito.....	42
Tabela 4.11: Relação entre nacionalidade e género	43
Tabela 4.12: O género de acordo com o grau de exclusão	43
Tabela 4.13: Relação entre grau de exclusão e o grupo etário	44
Tabela 4.14: Relação entre o grau de exclusão e o estado civil	44
Tabela 4.15: Relação entre grau de exclusão e as habilitações literárias	45
Tabela 4.16: Relação entre grau de exclusão e profissão anterior (em termos absolutos)	45
Tabela 4.17: Relação entre o grau de exclusão e os apoios recebidos	46
Tabela 4.18: Relação entre grau de exclusão e grau de dependência.....	47
Tabela 4.19: Relação entre o grau de exclusão e a nacionalidade.....	47

Agradecimentos

A finalizar esta dissertação de mestrado e o respectivo curso resta-me assinalar os meus sinceros agradecimentos às diferentes pessoas que de várias formas colaboraram para que esta se tornasse numa realidade.

Agradeço desde já aos Professores Doutores Carla Curado, Pedro Verga Matos e Paulo Lopes Henriques pela oportunidade dada para trabalhar no tema do microcrédito. Ao Professor Paulo Lopes Henriques, meu orientador, agradeço também a disponibilidade, dedicação, compreensão e amizade demonstradas ao longo deste trabalho.

Distingo também o Professor Pedro Rino Vieira, o Professor Doutor João Dias e a Engenheira Teresa Sezinando pela ajuda dada em vários momentos da dissertação, e aos meus três colegas Doutores Jaime Morais, Pedro Tomás e Rute Correia pela paciência, ajuda e companhia na recolha de dados.

Agradeço à Doutora Rute Correia e ao Doutor Pedro Monteiro pela companhia e amizade criadas ao longo deste curso, e a todos os meus colegas de curso com quem partilhei experiências e conhecimentos.

À Joana de Lurdes, “O hiha hau nia laran”, no lado esquerdo do meu peito. Obrigado pela companhia ao longo destes anos.

“And last but not least” à minha família. Aos meus pais pelo esforço e incentivo que me deram para estudar. Aos meus irmãos, cunhados e sobrinhos pelos momentos de lazer, descontração e companhia.

Veni Sancte Spiritus. Veni per Mariam.

Deo Gratias.

1. Introdução

O aumento alarmante do desemprego e da pobreza em Portugal e no mundo são factores decisivos para que o microcrédito esteja presente ultimamente no discurso social e económico dos decisores políticos. Quando, em 1997, a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou o ano 2005 “Ano Internacional do Microcrédito”, esta tinha como intenção a promoção das instituições financeiras, permitindo a inclusão e o espírito empreendedor existente nas várias comunidades. Em 2006, o pioneiro do microcrédito, Muhammad Yunus e o *Grameen Bank* receberam o Prémio Nobel da Paz pelos “esforços na criação de desenvolvimento económico e social” onde o microcrédito é um instrumento de paz porque ajuda milhares de pessoas a saírem da pobreza¹. Na última Encíclica, o Papa Bento XVI afirma que o microfinanciamento é destinado a apoiar projectos de desenvolvimento (Bento XVI, 2009). Recentemente, o Governo Português defendeu o apoio às associações de microcrédito, considerando este instrumento “importante para o apoio de todas as actividades económicas, aparentemente de menos significado no conjunto da economia, mas apesar de tudo com importante relevância no plano do emprego”².

O presente trabalho, numa primeira fase, irá analisar a importância do microcrédito no combate à exclusão, nas diferenças existentes no género masculino e feminino e o papel na criação de empresas, fazendo uma revisão bibliográfica. A segunda parte refere-se à metodologia utilizada na análise dos dados de campo obtidos. De seguida faz-se uma caracterização das variáveis, a define-se os modelos

¹ Para ver comunicado na íntegra ver: http://nobelprize.org/nobel_prizes/peace/laureates/2006/press.html.

² Para ver notícia na íntegra ver: <http://www.oje.pt/noticias/economia/governo-aprova-medidas-de-incentivo-ao-microcredito-em-portugal>.

econométricos e apresenta-se os respectivos resultados. Na última parte discute-se os resultados e tiram-se as conclusões.

Este trabalho apresentou algumas limitações como a definição das variáveis que caracterizam o sucesso de uma empresa. A literatura fala das características dos empresários para a criação de uma empresa e não do sucesso. A base de dados onde se trabalhou não apresenta toda a informação para os 1261 microcréditos concedidos. Foram concedidos 1261 microcréditos mas foi considerado 1261 microempresários pela dificuldade de distinguir os microempresários que pediam pela segunda vez o crédito. Os dados não indicam os motivos porque se decidiu abrir e fechar o negócio e qual foi o tempo de vida das empresas que fecharam. Os critérios da atribuição do grau de exclusão social e grau de dependência não são conhecidos.

2. Microcrédito

O microcrédito, tal como o conhecemos, surge em 1976 no Bangladesh por intermédio de um professor de Economia, Muhammad Yunus que, ao observar o dia-a-dia da população mais carenciada, vítima de agiotas, decide emprestar dinheiro aos pobres sem qualquer tipo de garantia (Yunus, 2003).

Ao considerar os pobres merecedores de crédito, em 1983 decidiu converter o seu projecto num banco formal, o *Grameen Bank*, funcionando exclusivamente para eles. Os accionistas do banco são os próprios clientes, o retorno que se espera são as melhorias das suas condições de vida e as necessidades das pessoas são colocadas em primeiro lugar. Este banco destinado aos mais carenciados acredita que a pobreza é originada pelas instituições e políticas de exclusão que se criam numa sociedade onde não se dão oportunidades, principalmente às mulheres, para incrementar as aptidões dos indivíduos. Do mesmo modo, a caridade não é uma solução para se sair da pobreza mas sim para a tornar constante (Yunus, 2003).

2.1. Definição de Microfinança e Microcrédito

De acordo com a Somavia (2007), a microfinança consiste numa prestação de serviços financeiros aos mais carenciados que permite gerar rendimento, iniciar ou desenvolver pequenos negócios, incentivar programas de poupança e resolver situações de emergência.

Littlefield, Morduch e Hashemi (2003) acrescentam que a microfinança é um instrumento para alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Os pobres usam a microfinança não apenas para a actividade económica, mas também para investir na saúde, educação, necessidades da casa ou para fazer face a alguma emergência.

Enquanto a microfinança tem estas várias vertentes, o microcrédito é uma pequena quantia de dinheiro que é emprestado aos mais pobres, muitas vezes sem garantias (ONU, 2004).

Para Snow e Buss (2001), o microcrédito surge para corrigir os fracassos de mercado e de Estado. Permite emprestar pequenas quantias aos pobres, sem colateral, baseado na confiança e surgindo como alternativa aos bancos comerciais e aos agiotas (Rallens e Ghazanfar, 2006). Para estes autores o microcrédito existe para dinamizar as capacidades empreendedoras e melhorar o bem-estar dos mais carenciados. Segundo Alves (2006), o microcrédito estimula as capacidades empreendedoras dos indivíduos com poucos recursos, promovendo o emprego.

2.2. Importância do Microcrédito

2.2.1. Nas Falhas de Mercado e de Estado

Este novo método de combate à pobreza tem também como objectivo colmatar as falhas de Estado e de mercado de capital (Snow e Buss, 2001). Amartya Sen (2000) constata que a exclusão social limita as oportunidades de vida, dando o exemplo do acesso ao crédito, que pode levar à desnutrição ou, no extremo, a ficar sem casa. Este autor, Nobel da Economia em 1998, explica que várias vertentes da exclusão dos mercados são originadas pela vergonha que o indivíduo tem, por legislação ou por falta de apoio estatal ou de meios financeiros.

Não tendo acesso ao crédito dos bancos comerciais, os mais carenciados viram-se para outros credores, tais como os familiares, os conhecidos ou os usuários (Bolnick, 1992). Ainda segundo este autor o mercado financeiro informal é importante porque constitui um veículo de mobilização de poupança e de investimento. Hoff e Stiglitz

(1997) também constata a dualidade de atitude dos bancos comerciais e dos mutuantes. Estes últimos consideram os mais carenciados como não fiáveis para cumprir com as suas obrigações, aplicando taxas de juro muito elevadas.

É neste cenário que o mercado é deixado espontaneamente em funcionamento e produz resultados económicos não eficientes ou indesejáveis do ponto de vista social, originando o fracasso de mercado (Pereira *et al.*, 2005). Ou, como afirma Besley (1994), surge uma lacuna no mercado quando um mercado com características competitivas não propicia uma justa partição do crédito.

Estas falhas são motivadas pelos seguintes factores: informação incompleta dos agentes económicos, custos de transacção elevados, existência de externalidades ou mercado de concorrência imperfeita. Nos países em desenvolvimento o mercado bancário entregue a si próprio não fornece crédito aos mais carenciados, ou fá-lo-ia em quantidade insuficiente (Snow e Buss, 2001).

Estes autores afirmam ainda que a origem das falhas no mercado de capital está na restrição de crédito. Os bancos comerciais evitam conceder um empréstimo aos microempresários e aos pobres por diversos motivos: os custos de transacção serem elevados e o retorno dos investimentos reduzido; a difícil recuperação dos maus investimentos; o desmedido risco de crédito; os pobres não terem colaterais; os devedores desaparecerem sem deixarem rastros; ser difícil acompanhar a evolução do empréstimo.

Certos defensores implacáveis do mercado, como Stuart Mill e Milton Friedman, por vezes justificam uma intervenção do Estado para assegurar as liberdades elementares e certificar um bom funcionamento do mercado (Pereira *et al.*, 2005). A

intervenção pública faz-se de três formas: fazer respeitar os direitos, protecção da vida e da propriedade privada dos agentes económicos, e financiar os bens públicos.

Para Karnani (2008), os serviços públicos como a educação, a saúde e a criação de infra-estruturas permitem aos cidadãos terem mais liberdade e aumentar a produtividade e a empregabilidade e, por conseguinte haver o aumento dos rendimentos e do bem-estar. Os economistas James Buchanan e Gordon Tullock consideram que o bem-estar dos indivíduos é favorecido quando se entrega o exclusivo do poder público ao Estado, limitando-o constitucionalmente e fazendo-o respeitar as normas (Neves, 1998).

Mas o Estado não é tão “branco como o algodão”, é formado por pessoas, tem problemas de várias dimensões, quer em relação às regras gerais da sociedade, quer o problema dos encargos fiscais e do acesso aos bens públicos, além da questão da redistribuição dos rendimentos e da regulação do sector privado (Neves, 1998). Ou seja, os decisores políticos têm objectivos próprios e o seu comportamento depende das oportunidades.

Snow e Buss (2001) referem-se às falhas de Estado nos países em desenvolvimento como estando ligadas às estratégias estalinistas, tais como as nacionalizações dos bancos, as pequenas empresas não terem apoio estatal e estando elas inseridas na economia informal, a falha de provisionamento dos serviços públicos originados pela corrupção, o desvio de orçamentos e as empresas ineficientes. Quando o sistema político não consegue ultrapassar as falhas de mercado então está-se perante um fracasso do governo (Pereira *et al.*, 2005).

Pode-se concluir que o Estado deve mostrar a “ponta do seu nariz” para fornecer bens públicos e tratar de externalidades que o mercado não consegue ou não quer prover (Cowen, 1992). Deve-se apelar ao papel regulador do Estado para permitir o acesso ao microcrédito, na medida em que este é um instrumento para aceder aos serviços públicos, como a educação e a justiça.

De acordo com Yunus (2003), no Terceiro Mundo o endividamento é socialmente aceite e os bancos comerciais não concedem crédito aos mais desfavorecidos. Hudon (2009) afirma que o crédito é central para o bem-estar de muitos cidadãos e, juntamente com Yunus (2005), declara que o acesso ao crédito deve ser um direito, e que se devem dar a todos as mesmas oportunidades, evitando a exclusão.

2.2.2. No combate à pobreza

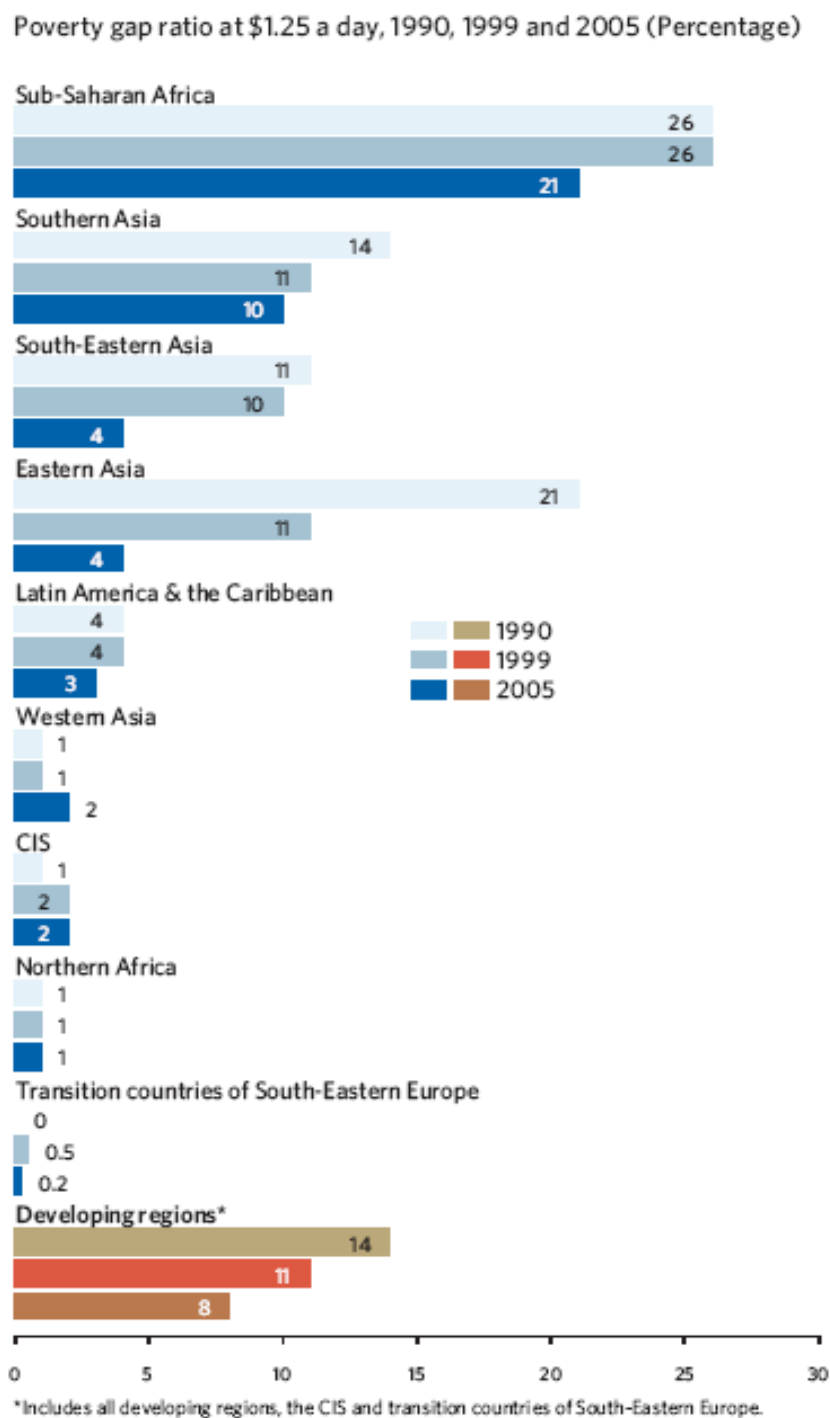
A economia mundial vive a maior queda desde a Segunda Guerra Mundial, o que pode levar ao aumento da penúria (Banco Mundial, 2009). Em muitos países desenvolvidos assiste-se a uma retoma económica; porém o maior cancro é o desemprego, que pode levar muitas famílias a entrar no limiar da pobreza.

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio estabeleceram, como primeiro objectivo, a redução da pobreza para metade. Todavia, a actual crise internacional levará entre 50 a 90 milhões de pessoas, em todo o mundo, para a pobreza extrema. A subida dos preços dos alimentos verificada em 2008 também contribuiu para que se retardasse o propósito de redução da pobreza. O mercado laboral também pode ser um obstáculo para a participação da mulher na actividade económica, uma vez que se estima que a taxa de desemprego mundial para os homens é de 6% a 7%, e para as mulheres de 6,5% a 7,5% (ONU, 2009).

A União Europeia (UE) tem colocado em debate a questão dos trabalhadores pobres e assumiu-se que o facto de se ter um emprego protegeria o indivíduo da pobreza. Mas com as mudanças laborais e nas estruturas familiares, a pobreza tem vindo a alastrar (EFILWC, 2007). No mesmo relatório podia-se ler que na Europa dos 25, em 2003, 16% da população estava em risco de pobreza.

Na 53ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas decretou-se o ano de 2005 como o ano internacional do microcrédito. Nessa reunião magna reconheceu-se que os programas de microcrédito desempenham um papel essencial na erradicação da pobreza (Figura 2.1), principalmente das mulheres, no desenvolvimento social e humano, e no fomento do auto-emprego (ONU, 1999). Para a ONU (2003) é necessário complementar o microcrédito com medidas concretas para que se atinja um desenvolvimento sustentável.

Gráfico 2.1: Hiato de pobreza (1,25\$/dia), 1990, 1999 e 2005 (em %)



Fonte: ONU, 2009

Para Alves (2006), o microcrédito é uma nova estratégia de política macroeconómica porque ajuda a criar emprego, contribuindo para a actividade

económica do país, substituindo as políticas de assistencialismo. O microcrédito é um processo que procura fomentar o espírito empreendedor nas pessoas que se encontram em posição de exclusão social (Alves, 2006). Para Rallens e Ghazanfar (2005), o microcrédito existe para financiar o empreendedorismo dos mais carenciados.

O relatório *Business and Development* elaborado pela ONU (2001), classifica a aposta neste tipo de empreendedorismo como uma das grandes prioridades de vários países, quer desenvolvidos e em desenvolvimento, por corresponder a uma política de desenvolvimento económico que faz aumentar a produtividade, criar emprego e postos de trabalho em diversas actividades produtivas, promovendo a participação dos pobres e das mulheres. A BCSD Portugal (2004) reafirma que o acesso aos instrumentos financeiros é um passo para o crescimento económico, criação de emprego e que como consequência envolve a sociedade.

Em 2003, a resolução adoptada pela ONU reconhece que as pessoas pobres necessitam de ter instrumentos financeiros que lhes possibilitem aumentar o rendimento, ter activos e fazer face a momentos de carência. Littlefield, Morduch e Hashemi (2003) afirmam que os mais carenciados protegem, diversificam e aumentam os seus rendimentos através do microcrédito, acrescentando que o seu impacto vai para além do empréstimo para um negócio. A ONU atesta que este instrumento ajuda as famílias pobres a satisfazer as suas necessidades básicas e a protegerem-se contra situações adversas (UNCDF, 2005).

2.2.3. No Género

Para o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA, 2009), os homens e as mulheres pobres devem ter mais preponderância na sociedade para

disponham de mais oportunidades de melhoria social. Cheston (2007) afirma que as mulheres devem ser consideradas no âmbito do microcrédito porque constituem uma força indispensável no desenvolvimento das suas comunidades.

A FIDA (2009) chega a várias conclusões, nomeadamente que as mulheres são normalmente mais pobres do que os homens, e são elas que se preocupam com a saúde, a alimentação, as crianças e a estrutura familiar; a igualdade do género tem um impacto significativo no crescimento económico, permitindo ter mais um factor produtivo; as mulheres são as que melhor repõem o investimento e têm maior propensão para a poupança.

Para Karnani (2008), os principais programas de microcrédito têm por objectivo atribuir maior intervenção às mulheres. Nawaz (2009) acrescenta que este poder acrescido advém do facto de as mulheres fazerem parte das diversas actividades de desenvolvimento social, económico e cultural. Apesar de 80% do público-alvo ser do sexo feminino, este valor varia de região para região, verificando-se valores elevados na Ásia, África e América do Sul, e valores mais baixos no Médio Oriente e África do Norte (Banco Mundial, 2007).

O Gráfico 2.2 mostra como o impacto do microcrédito afecta toda uma sociedade e até um país.

2.2.4. Nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

Para Schwiecker (2004), o microcrédito é útil porque ajuda a atingir os oito Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Não abarca apenas os dois pontos acima descritos, a erradicação da pobreza e a igualdade de género, mas vai além apostando no desenvolvimento sustentável.

Quer Schwiecker (2004), quer Littlefield, Morduch e Hashemi (2003) relacionam os oito Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e a importância que o microcrédito tem na concretização desses propósitos. A Tabela 2.1 sumariza os oito pontos:

Tabela 2.1: Relação entre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e o Microcrédito

Objectivos de Desenvolvimento do Milénio	Papel do Microcrédito
Erradicação da pobreza extrema e da fome	Os pobres, ao terem mais rendimento, podem criar ou ampliar os seus negócios. Os rendimentos obtidos possibilitam responder às necessidades básicas como a educação e a saúde. É um primeiro passo para quebrar o ciclo de pobreza extrema.
Atingir o ensino básico universal	Existem programas de microcrédito específicos para a promoção do ensino.
Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres	Promove a independência das mulheres, tornando-as participativas nas decisões familiares e no mercado de trabalho.

Objectivos de Desenvolvimento do Milénio	Papel do Microcrédito
Reduzir a mortalidade infantil e melhorar a saúde materna	O rendimento obtido permite melhorar a nutrição das crianças e o acesso aos serviços médicos.
Combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças	O proveito que as famílias adquirem permite fazer face às doenças. Existem sinergias com ONG's que estão na área.
Garantir a sustentabilidade ambiental	Incentiva as pessoas a adquirirem tecnologias com energia renovável; promovem casas com energia solar; permite o acesso a água potável e saneamento básico.
Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento	Promove a criação de uma rede internacional que financia e dá assistência, através de informações, investidores e agências de avaliação.

Fonte: Feito pelo autor com base em Schwiecker (2004) e em Littlefield, Morduch e Hashemi (2003).

2.2.5. No Terceiro Mundo

Como já se disse nos vários pontos anteriores, o microcrédito tem uma função importante nos países em desenvolvimento, mas esse papel não é o mesmo de país para país (Banco Mundial, 2007).

Segundo Armendáriz (2009), a microfinança no Terceiro Mundo é útil para o sector informal (auto-emprego e para as mulheres), e está assente em várias formas como o microcrédito, a poupança e o micro-seguro.

Bangladesh

De acordo com o BWTP (2009) no Bangladesh quase metade da população vive abaixo do limiar da pobreza³, mas as autoridades locais e as instituições internacionais têm contribuído para a melhoria do bem-estar da população. O Bangladesh é considerado um dos países mais pobres do mundo.

Iniciado com o Laureado da Paz, Muhammad Yunus, o microcrédito ganhou expressão com a criação do único banco no país, com autorização do governo, a combater a pobreza extrema (BWTP, 2009).

Vietname

De acordo com BWTP (2008), no Vietname, o número de pobres passou de 58% para 16% entre 1993 e 2006⁴. Esta redução deveu-se, em grande medida, à criação de emprego no sector privado e às reformas no sector da agricultura. Contudo, a maioria dos pobres vivem em áreas rurais, muito dependentes da agricultura.

O microcrédito foi considerado pelo governo como uma medida de protecção social nas áreas rurais. O próprio Estado lançou medidas para a redução da pobreza HEPR (*Hunger Eradication and Poverty Reduction Plan*), criando condições de acesso ao crédito para as famílias rurais. Vários movimentos, principalmente de mulheres, têm conseguido cativar investimentos.

³ Ganham menos de 1\$ por dia.

⁴ A linha de pobreza em 2006, no Vietname, foi definida em 16\$ e 12\$, respectivamente nas áreas urbanas e rurais.

África

Actualmente, cerca de 50% da população do continente africano vive com menos de 2\$ por dia. Além disso os 21 países mais pobres listados pelas Nações Unidas em 2008 são de África e apenas 20 milhões de pessoas na África Sub-Sariana têm acesso ao crédito formal (Helmore, Chidiac e Hendricks, 2009).

De acordo com este relatório, o microcrédito em África tem dado passos lentos porque funciona mais em áreas urbanas do que rurais devido à falta de infra-estruturas aos custos de transacção e à pouca capacidade de gerar receitas. Por estes motivos a África Sub-Sariana é a região do globo que tem menos bancos. Mesmo em áreas densamente povoadas, as pessoas são excluídas ou intimidadas. No entanto, em vários países africanos existem bancos de poupança que têm como missão ajudar os mais pobres.

2.2.6. Na Europa

O microcrédito é normalmente associado às nações em vias de desenvolvimento, mas está também presente em muitos países industrializados, como Portugal. Tal como referiu Muhammad Yunus, numa entrevista à Rádio Renascença, “o microcrédito não tem a ver com países ricos ou países pobres, tem a ver com quanta gente é rejeitada pelo sistema bancário convencional. (...) Quem recebe assistência social ou é sem-abrigo não pode pedir um empréstimo” (Ribeiro e Teixeira, 2006:1).

Para Armendáriz (2009), nas últimas décadas a microfinança na Europa tem-se baseado no microcrédito dos países em vias de desenvolvimento.

A Comissão Europeia (2007) define microcrédito como um empréstimo até 25 mil euros para os micro-empresários novos ou já existentes, onde o valor pode variar. Porém, esta definição não é uniforme devido ao poder de compra dos 27 países ou ao montante que é reclamado para começar um negócio. Ao contrário dos países em vias de desenvolvimento, o crédito ao consumo não é considerado micro-crédito. Mas o crédito às pessoas em risco de exclusão já é tido em conta (Comissão Europeia, 2007). As pessoas em risco de exclusão na Europa são os desempregados, os jovens e os indivíduos sem recursos para acederem aos serviços bancários (Armendáriz, 2009).

Na União Europeia, o microcrédito é útil para as empresas que iniciam actividade, para as pequenas empresas, para os trabalhadores independentes e para os desempregados, especialmente de longa duração. Segundo a Comissão Europeia (2007), a obtenção de crédito para a criação de uma empresa é difícil, sobretudo quando se trata dum desempregado, dum imigrante ou dum indivíduo pertencente a uma minoria étnica. É importante sob o ponto de vista económico porque permite criar bem-estar social, emprego e ajudar as pequenas empresas que não têm financiamento (Comissão Europeia, 2007).

A microfinança aborda directamente as questões da pobreza e do rendimento e, indirectamente, as questões da saúde e da educação (Armendáriz, 2009). O incentivo ao auto-emprego é, para este autor, uma forma de reduzir a pobreza por meio da microfinança. Para a Comissão Europeia (2007), o microcrédito é conveniente porque promove o auto-emprego e a criação de pequenas empresas, pelo que, para além da questão económica, promove também a inclusão social.

Isto tem-se verificado nos vários países mas Yunus, na referida entrevista à Rádio Renascença, acrescentou que o microcrédito nos países desenvolvidos também fomenta a criação de emprego: “a maneira de curar o desemprego é criar emprego, (...) o emprego por conta própria é muito barato e muito rápido.”

Antonio-Claret García⁵, Presidente da Associação Internacional de Entidades de Crédito Hipotecário e Social, também partilha da visão de Yunus e afirma: “nos países desenvolvidos, a sua finalidade [do microcrédito] deve ser a realização de uma micro-empresa ou actividade económica sustentável” e não ser dirigido para o consumo.

Segundo Armendáriz (2009), o microcrédito é um instrumento pouco utilizado nos países industrializados. Na União Europeia o microcrédito dirige-se aos indivíduos em risco de exclusão social e tem como objectivo o combate à pobreza. As pessoas em risco de exclusão são os que não têm acesso à educação e à saúde, não têm uma participação na vida cívica e não têm oportunidades de emprego. Os países industrializados associam a pobreza à exclusão social.

Cultura e Género

De acordo com o *Global Gender Gap Report* (2008), em todo o mundo têm-se desenvolvido medidas que contribuem para a igualdade de género, permitindo o acesso à educação por parte das mulheres. Em muitos países desenvolvidos as mulheres são em maior número nas escolas e licenciadas; contudo ainda existe preconceito nas oportunidades de emprego, nos salários pagos e nas posições de liderança (*Global Gender Gap Report*, 2009).

⁵ Entrevista concedida à @local.glob no ano de 2005. Para visualização integral da entrevista aceder a <http://www.delnetitcilo.net/pt/publicacoes-all/revista-do-delnet/local.glob-2/revista2>.

Neste relatório salienta-se que em algumas partes do mundo dá-se primazia aos filhos do sexo masculino, o que acarreta perdas para o desenvolvimento e para a economia. Para Monaghan (1995), as mulheres, que são mais de metade da população mundial, representam apenas um terço do trabalho remunerado, encontrando-se mais no mercado informal, o que faz com que elas se encontrem numa situação de desvantagem em termos de poder e de riqueza. Adianta-se ainda que essas diferenças de acesso a oportunidades não deriva da biologia mas sim da cultura enraizada nas sociedades.

As mulheres que realizam tarefas domésticas e que são negligenciadas na contabilidade nacional, desempenham uma tarefa importante (Monaghan, 1995). As casadas, mesmo que estejam a trabalhar, continuam a ser responsáveis pelas lidas domésticas e pela educação dos filhos. Segundo este autor, as mulheres quando se divorciam são as que mais ficam fragilizadas em termos económicos, o que as leva muitas vezes a ponderar a situação. No continente africano o papel do homem passou a ser o de trabalhador que emigra de um lado para o outro, enquanto a mulher permanece em casa a tomar conta dos filhos e a pagar as dívidas. Por vezes, o tempo das mulheres passa a ser direccionado para actividades de sobrevivência (Banco Mundial, 2002).

Segundo Dollar e Gatti (1999) a posição das mulheres nos países em vias de desenvolvimento é mais vulnerável que nos países desenvolvidos. Esta circunstância pode ser explicada pelo rendimento, pelas preferências religiosas, factores regionais ou de liberdade civil.

Monaghan (1995) define “género” como o conjunto de características sociais e culturais atribuídas às pessoas de forma diferenciada consoante o sexo, e que afectam os seus comportamentos dentro de uma estrutura social específica. Para o Banco Mundial

(2002), o “género” é um conceito que aborda as diferenças nas oportunidades e nas condições de vida dos homens e das mulheres.

A mudança de paradigma nas sociedades tem gerado a guerra dos sexos e se, por um lado, os movimentos feministas fazem do género uma questão apenas relacionada com as mulheres, por outro os homens sentem que o poder social e político que adquiriram ao longo dos tempos estão a ser ameaçados (Monaghan, 1995).

Quando se discute o género, juntam-se-lhe muitas vezes as questões da exclusão e inclusão social. Para o Banco Mundial (2002) as mulheres são vítimas de exclusão social, económica e política, e estes desvios estão correlacionados. Por exemplo, as privações na educação leva-as à não participação na vida cívica e, por conseguinte, à não tomada de decisão.

Criação de empresas

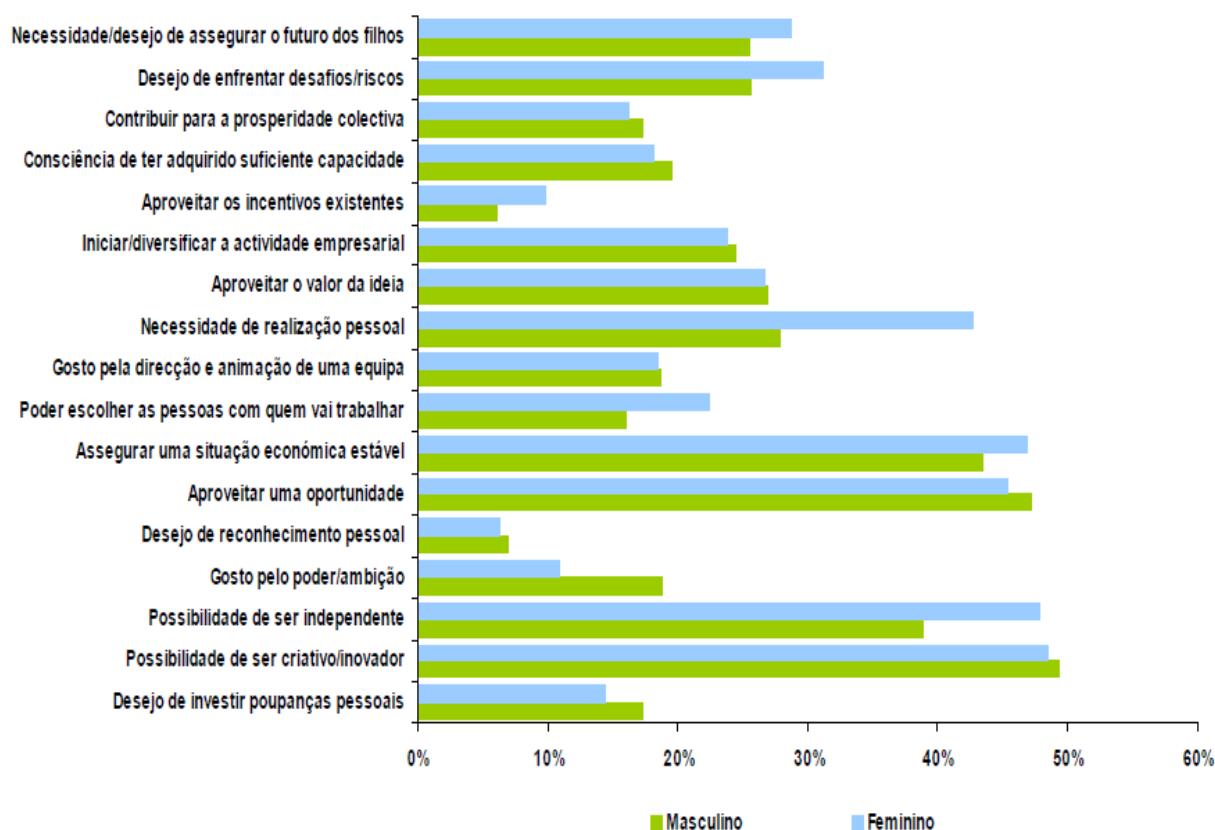
Como salienta a Comissão Europeia (2007), o microcrédito é um instrumento de criação de auto-emprego através da criação de empresas. Segundo o INE (2009a), em 2007, existiam cerca de 1,2 milhões de empresas em Portugal onde o índice de predominância sectorial era maior no sector da indústria e mais de 68% do sector empresarial era composto por empresas individuais. De acordo com o IAPMEI (2008), mais de 80% das *start-ups* são constituídas com o capital social mínimo de 5000€ e 38% são constituídas apenas por um empreendedor e 49% por dois sócios. Os montantes investidos tendem a ser baixos, são de pequena dimensão, com poucos postos de trabalho. Cerca de 64% das *start-ups* optam pelo capital social como forma de financiamento, onde para 31% esta é a única fonte de financiamento. Outra das formas

de arranjar investimento é através de empréstimos bancários ou de suprimentos dos sócios.

Ainda no ano 2007, de acordo com o INE (2009a), a taxa de natalidade de empresas foi de 15,2%, com um total de 167.473 empresas criadas. Em relação ao desempenho das novas empresas, cerca de 73% não conseguem sobreviver ao fim do primeiro ano, esse valor decresce para os 54% no segundo ano e para os 47% no terceiro ano.

De acordo com Schrör (2006), o perfil do empreendedor com sucesso é caracterizado pela experiência tida no ramo e na criação de uma empresa, a faixa etária em que se encontra o indivíduo, no optimismo que o género masculino demonstra sobre a rendibilidade, na habilitação literária que aumenta consoante a inovação da empresa e no desejo de constituir a própria empresa. O IAPMEI (2008) declara que as motivações que levam os homens e as mulheres a criarem uma empresa são muito semelhantes, desde assegurar uma situação económica estável à independência.

Gráfico 2.1: As motivações para ser empreendedor segundo o género



Fonte: IAPMEI (2008)

Objectivo do trabalho

Assim, o objectivo deste trabalho é estudar se realmente o microcrédito em Portugal é diferente dos países em vias de desenvolvimento e se a variável género influencia ou não o sucesso do negócio. Deste modo pretende-se abordar os seguintes pontos:

- 1) Qual a importância do “género” no “sucesso” do microcrédito?;
- 2) Das variáveis “género”, “faixa etária”, “habilitações literárias”, “estado civil”, “profissão anterior”, “subsídios recebidos”, “grau de exclusão”, “grau de dependência em relação ao crédito” e “nacionalidade” quais são as mais importantes no sucesso dos contratos de microcrédito?;

- 3) Como se caracteriza o “grau de exclusão” face às variáveis “género”, “faixa etária”, “habilitações literárias”, “estado civil”, profissão anterior”, “subsídios recebidos”, “grau de dependência em relação ao crédito” e “nacionalidade”?

3. Metodologia

Segundo Campomar (1991), na fase metodológica de um processo de investigação o investigador define “um conjunto de passos específicos e claramente determinados para a obtenção de um conhecimento”, ou seja, o cientista deve contar as etapas percorridas para chegar aos resultados.

Assim, neste capítulo procura-se apresentar de forma sequencial as diversas etapas que regularam o trabalho.

Na fase inicial deste trabalho científico estabelece-se um enquadramento literário através de pesquisas bibliográficas efectuadas em livros, jornais, bases de dados da *B-On* e do *ProQuest*, entre outros documentos, e tendo sempre por base as palavras-chave: Microcrédito, Género, Pobreza e Cultura.

A segunda fase da investigação corresponde à definição de objectivos que se aspiram alcançar. Esses objectivos foram transformados em questões que se pretendem responder e que visam aprofundar a relação entre o microcrédito e o “género” em Portugal.

A terceira fase do estudo corresponde à análise de dados e à discussão de resultados. A observação de dados consiste na análise estatística de uma base de dados nacional, que é composta por uma amostra de 1.261 microcréditos concedidos, representando o universo em estudo. A recolha de dados realizou-se no mês de Julho e Setembro de 2009 numa base de dados nacional. As variáveis escolhidas para a análise estatística foram:

- **Género:** Homem e Mulher;

- **Habilitações literárias:** Sem frequência; 1º ciclo; 2º ciclo; 3º ciclo; Secundário incompleto; Secundário; Universidade incompleta; Bacharelato e Universidade.
- **Grupo etário:**
 - $A \leq 24$ anos
 - C – [25 – 29 anos]
 - D – [30 – 34 anos]
 - E – [35 -39 anos]
 - F – [40 – 44 anos]
 - G – [45 -49 anos]
 - H - [50 – 54 anos]
 - I - [55 – 59 anos]
 - J – [60 - 64 anos]
 - K – [65 – 69 anos]
 - $L \geq 70$ anos.
- **Estado civil:** Junto (casado e união de facto) e Não junto (solteiro, divorciado, separado e viúvo);

- **Subsídios recebidos:** Rendimento Mínimo Garantido ou Rendimento Social de Inserção; Subsídio de Desemprego; Pensões e/ou Reformas; Abono de Família; Outros Subsídios Estatais; Outros Subsídios.
- **Grau de exclusão:** A avaliação do grau de exclusão do micro-empresário encontra-se entre 1 (muito reduzido) a 5 (muito elevado);
- **Dependência em relação ao crédito:** A avaliação da dependência em relação ao crédito encontra-se entre 1 (muito reduzida) a 5 (muito elevada);
- **Profissão anterior:** Desempregado; Trabalhador Independente; Reformado; Trabalhador por Conta de Outrem; Outro (inclui doméstica e trabalhador ambulante);
- **Nacionalidade:** Se é de nacionalidade portuguesa ou estrangeira
- **Sucesso do negócio:** Se o negócio está aberto ou fechado.

Os dados foram tratados informaticamente com a ajuda do *Microsoft Office Excel* e do programa estatístico *Statistical Package for the Social Science* (SPSS).

A última fase da pesquisa corresponde às conclusões, limitações e sugestões futuras.

4.Evidência empírica

4.1. Caracterização das variáveis

Os dados foram analisados no programa SPSS e em Excel pelo que os resultados se apresentam da seguinte forma. Optou-se primeiro por proceder à análise descritiva dos dados referentes às variáveis estudadas e a relação entre algumas variáveis, e depois fez-se testes de significância estatística para responder às questões da investigação.

Para melhor caracterizar o universo em estudo, procedeu-se à elaboração do Tabela 4-1.

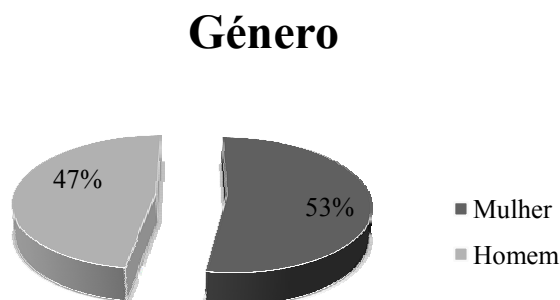
Tabela 4.1: Caracterização das Variáveis

Variáveis	Característica	n	Homem	Mulher
Género	Mulher	1261	47%	53%
Faixa Etária	38	1261	37	38
Habilitações Literárias	3º Ciclo	1261	Secundário	3º Ciclo
Estado Civil	Junto (30%)	1167	Não Junto (69,87%)	Não Junto (70,45%)
	Não junto (70%)			
Profissão Anterior	Trabalhador Independente	1147	Trabalhador Independente	Desempregado
Subsídios Recebidos	RMG	263	Subsídio Desemprego	RMG
Grau de Exclusão	3 (médio): 44%	274	3 (médio): 38%	3 (médio): 48%
Grau de Dependência	5 (muito elevado): 40%	273	5 (muito elevado)	5 (muito elevado)
Sucesso / Insucesso	82% Sucesso	1261	81,77% Aberto	82,20% Aberto
Nacionalidade	86%Portuguesa	1261	47%	53%
	14% Estrangeira		47%	53%

Dos 1.261 microcréditos concedidos, 663 (53%) foram concedidos às mulheres, enquanto que 598 (47%) foram admitidos aos homens (Figura 4-1). Tal como na maior

parte do mundo, em Portugal, as mulheres são as principais destinatárias do microcrédito.

Gráfico 4.1: Género dos microempresários



Dos 1261 microcréditos concedidos, 82% apresentam sucesso, isto é, encontram-se abertos, dos quais 53% são de mulheres e 47% de homens. Os homens, apresentam uma taxa de sucesso de 81,77% e as mulheres, não variam muito, com um valor de 82,20% (Tabela 4.2).

Tabela 4.2: O sucesso do negócio segundo o género

Sucesso do Negócio	Frequência Relativa		Frequência Relativa	Frequência Absoluta
	Mulher	Homem		
Aberto	82,20%	81,77%	82%	82%
Fechado	17,80%	18,23%	18%	100%
Total	100%	100%	100%	

A média de idades situa-se nos 37,73 anos, sendo que nas mulheres é de 38,02 anos e nos homens de 37,35 anos. O Grupo Etário onde se verifica mais empréstimos situa-se entre os 30 e os 34 anos de idade (Grupo D), com 17%. O Grupo Etário onde se concedem mais crédito às mulheres é no Grupo E; nos homens é no Grupo C e D (Tabela 4.3).

Tabela 4.3: Distribuição do género por grupo etário

Grupo Etário	Frequência Relativa		Frequência Relativa	Frequência Acumulada
	Mulher	Homem		
A	1%	1%	1%	1%
B	8%	9%	9%	10%
C	15%	17%	16%	26%
D	16%	17%	17%	43%
E	17%	15%	16%	59%
F	14%	13%	13%	72%
G	13%	12%	13%	85%
H	8%	9%	8%	93%
I	5%	5%	5%	98%
J	2%	1%	2%	99%
K⁶	1%	0%	1%	100%
Total	100%	100%	687%	

Do total dos micro-empréstimos concedidos, 70% são dirigidos a pessoas que “não têm” parceiro (solteiro, divorciado, separado ou viúvo). A percentagem de mulheres que se encontram sem companheiro é de 70,45% enquanto nos homens é de 69,87% (Tabela 4.4).

Tabela 4.4: Distribuição do género segundo o estado civil⁷

	Acompanhado	Não Acompanhado	Total	Frequência Relativa	
				Junto	Não Junto
Mulher	182	434	616	29,55%	70,45%
Homem	166	385	551	30,13%	69,87%
Total	348	819	1167		
Frequência Relativa	29,82%	70,18%	100%		

⁶ Juntou-se o Grupo etário K e L por apresentarem valores reduzidos.

⁷ O estado civil corresponde a “junto” quando o microempresário é casado ou vive em união de facto e “não junto” quando é divorciado, separado, viúvo ou solteiro.

Em relação às habilitações literárias, o 3º Ciclo é a variável que detém maior número de observações (24%). Verifica-se que 24% dos microempresários do sexo masculino têm o secundário, enquanto nas mulheres 25% têm o 3º ciclo. Há mais mulheres no ensino superior (18%) (Tabela 4.5).

Tabela 4.5: Distribuição do género segundo as habilitações literárias

Habilitações Literárias	Frequência Relativa		Frequência Relativa	Frequência Acumulada
	Mulher	Homem		
Sem Frequência	2%	1%	1%	1%
1º Ciclo	14%	16%	15%	16%
2º Ciclo	16%	17%	16%	33%
3º Ciclo	25%	22%	24%	56%
Secundário Incompleto	6%	6%	6%	63%
Secundário	18%	24%	21%	84%
Universidade Incompleta	5%	5%	5%	89%
Bacharelato	3%	2%	3%	91%
Universidade	10%	7%	9%	100%
Total	100%	100%	100%	

Antes de os micropresários pedirem crédito, a sua situação profissional maioritária era a de trabalhadores independentes (43%). Constata-se ainda que 40% dos suprimientos foram concedidos a desempregados. As pessoas que deixaram os seus postos de trabalho para criar uma empresa correspondem a 7%. Nas mulheres assiste-se à predominância de desempregados em relação às outras situações (46%). Todavia nos homens a profissão anterior com maior percentagem é a de trabalhador independente (50%) (Tabela 4.6).

Tabela 4.6: Distribuição do género de acordo com a profissão anterior

Profissão Anterior	Frequência Relativa		Frequência Relativa	Frequência Absoluta
	Mulher	Homem		
Desempregado	46%	34%	40%	40%
Trabalhador Independente	38%	50%	43%	84%
Reformado	1%	2%	1%	85%
Trabalhador Dependente	6%	8%	7%	92%
Outro	10%	6%	8%	100%
Total	100%	100%	100%	

Através da seguinte tabela (Tabela 4.7) verifica-se que a percentagem de desempregados que aderem ao microcrédito é superior nas mulheres em todos os anos. No primeiro ano mais de metade dos micromprensários era desempregado, em 2007 e 2008 esse valor é quase metade e o ano 2000 foi o ano em que menos desempregados pediram o microcrédito.

Tabela 4.7: Total de desempregados segundo o género (%)⁸

Ano	Frequência Relativa		Frequência Relativa
	Mulher	Homem	
1999	70%	30%	56%
2000	56%	44%	25%
2001	61%	39%	36%
2002	93%	7%	28%
2003	52%	48%	30%
2004	68%	32%	41%
2005	54%	46%	39%
2006	55%	45%	41%
2007	62%	38%	47%
2008	61%	39%	48%
2009	57%	43%	35%
2010	61%	39%	43%

⁸ Nos diversos anos

Verifica-se que em relação às habilitações literárias e à profissão anterior, em termos absolutos, existem mais desempregados com habilitações literárias mais baixas. Os microempresários com licenciatura também apresentam valores elevados, (Tabela 4.8).

Tabela 4.8: Relação entre habilitações literárias e profissão anterior (em termos absolutos)

Habilitações Literárias	Profissão Anterior					Total
	Desempregado	Trabalhador Independente	Reformado	Trabalhador Dependente	Outro	
Sem Frequência	0	7	0	0	9	16
1º Ciclo	65	76	9	8	21	179
2º Ciclo	73	76	2	17	11	179
3º Ciclo	119	118	1	23	14	275
Secundário Incompleto	32	26	0	5	7	70
Secundário	95	111	1	18	14	239
Universidade Incompleta	24	24	0	4	6	58
Bacharelato	8	16	1	2	5	32
Universidade	46	44	1	1	7	99
Total	462	498	15	78	94	1147

Com uma amostra reduzida de 263 por falta de informação, o Rendimento Mínimo Garantido (RMG) e o subsídio de desemprego são os subsídios mais atribuídos aos microempresários, com 25% e 21%, respectivamente. Nas mulheres o subsídio cedido com maior frequência é o RMG (29%) mas nos homens é o subsídio de desemprego (26%) (Tabela 4-9).

Tabela 4.9: O género e os apoios recebidos

Apoios Recebidos	Frequência Relativa		Frequência Relativa	Frequência Acumulada
	Mulher	Homem		
RMG	29%	17%	25%	25%
Subsídio Desemprego	19%	26%	21%	46%
Pensões e Reformas	14%	12%	13%	59%
Outros Apoios Estatais	18%	24%	20%	79%
Outros	21%	22%	21%	100%
Total	100%	100%	100%	

Quanto à dependência em relação ao crédito, esta variável mostra que os micropresários estão dependentes dos empréstimos. Dos 273 micro-empréstimos concedidos, 40% têm um grau muito elevado de dependência, passando para quase dois terços se o somarmos ao grau elevado. A percentagem de mulheres dependentes face ao crédito, com grau muito elevado, é de 37%; nos homens esse valor é de 44% (Tabela 4.10).

Tabela 4.10: O género de acordo com a dependência face ao crédito

Dependência Face ao Crédito	Frequência Relativa		Frequência Relativa	Frequência Acumulada
	Mulher	Homem		
1	1%	1%	1%	1%
2	11%	7%	10%	11%
3	16%	16%	16%	26%
4	35%	33%	34%	60%
5	37%	44%	40%	100%
Total	100%	100%	100%	

Em relação à variável nacionalidade (Tabela 4.11), existe mais indivíduos de nacionalidade portuguesa. Observa-se que 86% dos microcréditos foram concedidos a indivíduos com nacionalidade portuguesa e 14% referem-se a estrangeiros.

Tabela 4.11: Relação entre nacionalidade e género

Nacionalidade	Frequência Relativa		Frequência Relativa
	Mulher	Homem	
Portuguesa	53%	48%	86%
Estrangeira	53%	47%	14%

Para uma amostra de 274 micropresários, 44% tinham um grau de exclusão médio, 41% elevado a muito elevado, e 16% reduzido a muito reduzido. O grau de exclusão predominante nos homens e nas mulheres é médio, 38% e 48%, respectivamente. Nos homens o somatório do grau de exclusão elevado e muito elevado é de 45% (Tabela 4.12).

Tabela 4.12: O género de acordo com o grau de exclusão

Grau de Exclusão	Frequência Relativa		Frequência Relativa	Frequência Absoluta
	Mulher	Homem		
1	2%	1%	2%	2%
2	13%	16%	14%	16%
3	48%	38%	44%	59%
4	30%	26%	28%	88%
5	8%	19%	12%	100%
Total	100%	100%	100%	

Os indivíduos que se encontram na faixa etária C, F e I apresentam um grau de exclusão de nível 4 com maior preponderância, com 23%, 21% e 6% respectivamente. Já os micropresários com um grau de exclusão muito elevado encontram-se nas faixas etárias E, G e J (Tabela 4.13).

Tabela 4.13: Relação entre grau de exclusão e o grupo etário

Grupo etário	Grau de exclusão					
	1	2	3	4	5	Total
A	0%	0%	1%	0%	0%	0%
B	20%	5%	12%	4%	0%	7%
C	0%	13%	17%	23%	3%	16%
D	40%	24%	17%	8%	15%	15%
E	20%	16%	16%	9%	24%	15%
F	0%	18%	14%	21%	15%	16%
G	0%	18%	12%	19%	21%	16%
H	20%	5%	9%	9%	12%	9%
I	0%	0%	3%	6%	3%	4%
J	0%	0%	0%	1%	6%	1%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

À exceção do grau 4 e do grau 1, os indivíduos que não vivem acompanhados são os que se encontram mais excluídos. O grau de exclusão médio é tónico em ambas as situações, seguindo o nível elevado (Tabela 4.14).

Tabela 4.14: Relação entre o grau de exclusão e o estado civil

Grau de exclusão	Estado civil		
	Acompanhado	Não acompanhado	Total
1	5%	0%	2%
2	13%	15%	14%
3	42%	44%	43%
4	30%	28%	29%
5	11%	13%	12%
Total	100%	100%	100%

Os micro-empresários com poucas habilitações literárias apresentam um grau de exclusão de nível 3, 4 e 5 elevados. Os indivíduos que não têm frequência escolar ou que apenas têm o 1º ciclo têm um grau de exclusão elevado. É de salientar também que

os indivíduos que pelo menos frequentaram o ensino superior têm um grau de exclusão de nível 4 com valor significativos.

Tabela 4.15: Relação entre grau de exclusão e as habilitações literárias

Habilitações Literárias	Grau de Exclusão					Total
	1	2	3	4	5	
Sem Frequência	0%	0%	14%	57%	29%	100%
1º Ciclo	2%	7%	30%	39%	23%	100%
2º Ciclo	4%	15%	39%	26%	15%	100%
3º Ciclo	2%	13%	39%	32%	14%	100%
Secundário Incompleto	0%	40%	40%	20%	0%	100%
Secundário	0%	18%	67%	13%	2%	100%
Universidade Incompleta	0%	0%	67%	33%	0%	100%
Bacharelato	0%	11%	44%	44%	0%	100%
Universidade	4%	21%	50%	17%	8%	100%

Na Tabela 4.16 verifica-se que são poucos os desempregados com um grau de exclusão de nível 1 e 2. O grau 3 é onde se encontram mais desempregados, trabalhadores independentes e outras ocupações.

Tabela 4.16: Relação entre grau de exclusão e profissão anterior (em termos absolutos)

Grau de Exclusão	Profissão Anterior			Total
	Desempregado	Trabalhador Independente	Outro	
1	1	3	1	5
2	13	21	4	38
3	48	48	22	118
4	29	30	15	74
5	14	12	7	33
Total	105	114	49	268

Quanto à relação entre o grau de exclusão e os apoios recebidos, verifica-se que os indivíduos menos excluídos (grau 1 e 2) são os que menos apoios têm. Quem se encontra no grau 3 recebe mais apoios que os outros graus, o que contradiz com as classificações atribuídas (Tabela 4.17).

Tabela 4.17: Relação entre o grau de exclusão e os apoios recebidos

Grau de Exclusão	Frequência Relativa					Frequência Relativa	Frequência Acumulada
	RMG	Subsídio Desemprego	Pensões e Reformas	Outros Apoios Estatais	Outros		
1	4%	0%	0%	0%	0%	1%	1%
2	0%	10%	14%	11%	8%	7%	9%
3	39%	60%	43%	44%	42%	44%	53%
4	35%	20%	7%	33%	42%	28%	81%
5	22%	10%	36%	11%	8%	19%	100%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	

Analisando a seguinte tabela verifica-se que as pessoas que têm um grau de exclusão muito elevado apresentam um grau de dependência em relação ao crédito muito elevado, os indivíduos que apresentam um grau 4 de exclusão mostram um grau de dependência em relação ao crédito elevado e muito elevado.

Na tabela 4.18 verifica-se a relação entre o grau de exclusão e o grau de dependência em relação ao crédito. Os indivíduos com grau de exclusão 1 e 2 têm pouca dependência em relação ao crédito. Os indivíduos com grau de exclusão 3 encontram-se repartidos pelos vários graus de dependência. Os indivíduos com grau de exclusão 4 e 5 têm elevado grau de dependência 4 e 5.

Tabela 4.18: Relação entre grau de exclusão e grau de dependência

Grau de Exclusão	Frequência Relativa Grau de Dependência					Frequência Relativa	Frequência Acumulada
	1	2	3	4	5		
1	33%	12%	0%	0%	1%	2%	2%
2	0%	42%	30%	8%	6%	14%	15%
3	67%	35%	56%	57%	30%	44%	60%
4	0%	12%	14%	34%	34%	28%	88%
5	0%	0%	0%	1%	30%	12%	100%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	

Os indivíduos com nacionalidade portuguesa apresentam um grau de exclusão elevado e muito elevado superior aos indivíduos de nacionalidade estrangeira. É de referir que os micro-empresários de origem estrangeira não têm valores para o nível 1 nem para o nível 5 (Tabela 4.19).

Tabela 4.19: Relação entre o grau de exclusão e a nacionalidade

Grau de exclusão	Nacionalidade		
	Portuguesa	Estrangeira	Total
1	2%	0%	2%
2	13%	19%	14%
3	42%	63%	44%
4	30%	19%	28%
5	13%	0%	12%
Total	100%	100%	100%

4.2. Definição dos modelos

Foram criados dois modelos econométricos para ajudarem a responder à pergunta sobre a importância do género e das restantes variáveis em estudo no sucesso do microcrédito.

Sendo a variável dependente (Y) discreta, isto é,

$$\sum_u^n P(X = u) = 1,$$

uma regressão linear apresentaria limitações, por exemplo, as probabilidades seriam menores que zero ou maiores que um e o efeito das variáveis explicativas seriam constantes (Wooldridge, 2009). Assim, para ultrapassar os inconvenientes utiliza-se um modelo binário

$$P(y = 1|x) = P(y = 1|x_1, x_2, \dots, x_k),$$

onde x são as variáveis explicativas, isto é, as características dos indivíduos.

O modelo utilizado para responder as perguntas tem como base a regressão logística. Através do *logit* pretende-se descrever a relação entre uma variável dependente e as variáveis explicativas, onde a variável dependente é binária,

$$P(y = 1|x) = G(\beta_0 + \beta_1 x_1 + \dots + \beta_k x_k) = G(\beta_0 + x\beta),$$

$0 < G(z) < 1$ para todos os números z e $x\beta = \beta_1 x_1 + \dots + \beta_k x_k$.

No modelo *logit*, G é a função

$$G(z) = \exp(z) / [1 + \exp(z)].$$

Os modelos de regressão logística têm por base a literatura. Lendo Zhang *et al.* (2009), Oliveira (2004) e IAPMEI (2008) ajuda a perceber os dois primeiros modelos. Zhang *et al.* (2009) acreditam que as características do indivíduo desempenham um papel importante para as pessoas se tornarem empresários. Oliveira (2004) realça o papel dos empreendedores imigrantes que desenvolveram “estratégias de inserção

económica”. O relatório elaborado pelo IAPMEI (2008) faz um retrato dos empreendedores e das *start-ups* portuguesas.

$$1 \quad s = \beta_0 + \beta_1 g + \beta_2 pa + \beta_3 fe + \beta_4 hl + \beta_5 ec + \beta_6 n + u, \text{ onde}$$

“s” é sucesso se for 1 e insucesso se for 0,

“g” é mulher se for 1 e homem se for 0,

“des” é desempregado se for 1, caso contrario 0,

“ti” é trabalhador independente se for 1, caso contrário 0,

“fe” é faixa etária: sendo “fe1” as faixas etárias de A à C, “fe2” D e E, “fe3” F e G e “fe4” H à L,

“hl” é habilitações literárias: sendo “hl1” se tiver menos do 9º ano de escolaridade, “hl2” se tiver só o 9º ano e o secundário incompleto, “hl3” se tiver só o secundário e “hl4” se tiver mais que o secundário,

“ec” se vive junto é 1, caso contrário 0,

“nac” é portuguesa se for 1 e estrangeira se for 0 e

“u” os erros da regressão.

$$2 \quad s = \beta_0 + \beta_1 g + u$$

“s” é sucesso se for 1 e insucesso se for 0,

“g” é mulher se for 1 e homem se for 0,

“u” os erros da regressão.

Da primeira regressão

$$s = \beta_0 + \beta_1 g + \beta_2 des + \beta_3 ti + \beta_4 fe(1) + \beta_5 fe(2) + \beta_6 fe(3) + \beta_7 hl + \beta_{10} ec + \beta_{11} n + u,$$

com n = 1.147, obteve-se os seguintes resultados:

Variáveis	B	S.E.	Sig.	Exp(B)
C	1,127	,383	,003	3,085
m	,058	,156	,709	1,060
des	-,367	,224	,102	,693
ti	,224	,233	,338	1,251
fe(1)	,099	,265	,709	1,104
fe(2)	-,126	,249	,614	,882
fe(3)	-,279	,254	,272	,757
hl	,212	,077	,006	1,236
ec	,346	,179	,053	1,414
nac	-,062	,232	,789	,940

A partir da estimação do primeiro modelo, verificamos que o sucesso é explicado pelas variáveis habilitações literárias e estado civil. Assim, se as habilitações literárias do microempresário aumentarem de (em) um (ano educacional), a probabilidade de sucesso do negócio sofre uma variação positiva de 55%⁹, tudo o resto constante. No caso do estado civil significa que se os micrempresários viverem em união de facto ou forem casados, a probabilidade de o negócio ter sucesso aumenta 59%.

Da segunda regressão

$$s = \beta_0 + \beta_1 g + u,$$

com n = 1.147, obteve-se os seguintes resultados:

⁹ A probabilidade de sucesso é dada por: $P(Y=1) = \exp(z)/[1 + \exp(z)]$.

Variáveis	B	S.E.	Sig.
C	1,5	0,112	0
g	-0,007	0,153	0,961

Esta segunda regressão foi feita para confirmar a primeira regressão e realçar que a variável género não tem significância estatística no sucesso do microcrédito.

5. Discussão de Resultados, limitações e conclusões

5.1. Discussão de Resultados

5.1.1. Sucesso

De acordo com os dados da Tabela 4.1, o microcrédito em Portugal é concedido maioritariamente a portugueses, do sexo feminino e com uma idade média de 38 anos. Segundo o IAPMEI (2008) cerca de 70% dos empreendedores são portugueses, quase 70% são do sexo masculino, a idade média é de 37 anos e mais de 50% têm até 35 anos. No sector da construção existe uma predominância de empreendedores do sexo masculino, em outras áreas como os serviços já existe um equilíbrio entre os sexos. Para Schör (2006), as principais motivações que levam os homens e as mulheres a começarem um negócio é o desejo de criarem a sua própria empresa, a perspectiva de gerar riqueza e o desejo de novos desafios. Sendo que nas mulheres a outra motivação é evitar o desemprego, possibilidade de combinar a vida privada com a vida profissional. O autor adianta que os homens são mais inovadores e dominam a parte técnica. As mulheres e os homens encontram alguns problemas iniciais como o contacto com os clientes e a parte administrativa. Schrör (2006) acrescenta que a importância da idade do empreendedor para o sucesso do negócio é analisada segundo o factor da motivação, do crescimento do negócio e da inovação. Os empresários com menos de 40 anos são motivados pelo “auto-emprego” e menos pela vontade de fazer dinheiro e os jovens estão mais preocupados em evitar o desemprego. Este acrescenta que 96.7% dos empreendedores são nacionais. Os empreendedores estrangeiros encontram-se no sector grossista, na construção ou em actividades imobiliárias. Estes dados revelam uma diferença em relação ao género entre os empreendedores comuns e aqueles que recorrem ao microcrédito. Em relação à idade e à naturalidade estas são semelhantes.

Os resultados da análise de regressão apontam para uma significância estatística das habilitações literárias e do estado civil. Se as habilitações literárias do microempresário aumentarem um ano de escolaridade, a probabilidade de sucesso do negócio tem uma variação positiva de 55% e a Tabela 4.5 mostra que 68% dos microempresários têm pelo menos o terceiro ciclo. No estado civil se os microempresários viverem em união de facto ou forem casados, a probabilidade de o negócio ter sucesso aumenta 59% e a Tabela 4.4 aponta que 70,18% não vive acompanhado. De acordo com o INE (2009b), a taxa real de escolarização¹⁰ em Portugal no ano lectivo 2006/2007 no 1º, 2º e ciclo e ainda no ensino secundário foi de 100%, 88%, 86,5% e 60%, respectivamente. Estes valores indicam um constante abandono escolar ao longo dos vários anos de escolaridade. O IAPMEI (2008) afirma que mais de 30% dos empreendedores têm o ensino obrigatório e aproximadamente $\frac{3}{4}$ têm licenciatura, pós-graduação, mestrados e doutoramentos. Os empreendedores com menos habilitações encontram-se nas áreas dos transportes e comunicações, construção, indústria transformadora, hotelaria e restauração. Mais de metade das empreendedoras têm o ensino superior, enquanto nos homens esse valor é de apenas $\frac{1}{3}$. Estes estão presentes na área financeira, nas actividades imobiliárias, nas empresas de informática, nos serviços de consultoria na saúde e nos serviços sociais. Para Schrör (2006) ter habilitações literárias é um factor de sucesso no negócio. O autor acrescenta que as habilitações literárias permitem superar as dificuldades na gestão. A parte administrativa é a principal dificuldade dos indivíduos, surgindo de seguida a comunicação com os clientes. As dificuldades de financiamento também constituem um entrave para os empreendedores com poucas habilitações. O número de empresários que

¹⁰Taxa real de escolarização: relação percentual entre o número de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos, em idade normal de frequência desse ciclo, e a população residente dos mesmos níveis etários (INE, 2008b).

consideram que a inovação do produto é importante aumenta consoante o nível da habilitação literária. O IAPMEI (2008) é omissivo em relação ao estado civil. DeMartino e Barbato (2003) afirmam que o casamento desempenha um papel na compreensão das diferenças entre os empresários. Os empreendedores do sexo masculino criam riqueza elevada em relação às mulheres mas quando analisada conforme o estado civil a diferença é maior. Segundo os autores a maioria das mulheres solteiras afirmam que a criação de riqueza é muito importante mas apenas 23% das mulheres casadas valorizam este objectivo. Em relação às habilitações literárias a literatura aponta no mesmo sentido que a regressão. Porém, não se pode chegar a conclusão clara em relação ao estado civil.

A Tabela 4.6 indica que a percentagem de desempregados chega aos 40%, e percentagem de trabalhadores independentes e por conta de outrem é de 43% e 7%, respectivamente. O número de desempregados que acedem ao microcrédito é maior nas mulheres (46%) do que nos homens (34%). Para o IAPMEI (2008) existe uma relação entre as habilitações literárias e a experiência profissional, mais de 50% dos empreendedores nacionais tendem a ter uma certa experiência profissional e com elevado nível de habilitações literárias. Acrescenta-se ainda que a percentagem de empreendedores que já tinham uma empresa antes de um novo projecto empresarial era semelhante à percentagem de empreendedores que tinham estado a trabalhar por conta de outrem (cerca de 34% cada). Cerca de 55% dos empreendedores que já tinham uma empresa continuam a ser sócios da anterior empresa, 23% viram a sua anterior empresa cessar a actividade, 20% cedeu a sua participação e os restantes viram a sua anterior empresa declarar falência. Perto de 13% dos empreendedores encontravam-se em situação de desemprego, à data de criação da empresa, sendo que mais de metade dos indivíduos deste grupo têm 34 anos ou menos. Segundo o relatório “a criação do próprio

emprego pode ter sido encarada como a melhor solução”. A nível nacional, de acordo com o Eurostat (2010), a taxa de desemprego das mulheres em Portugal no mês de Janeiro de 2010 foi de 11,2% enquanto a dos homens foi de 10%. Essas taxas são dramáticas quando comparadas com o ano 2000 em que as taxas de desemprego das mulheres e dos homens ficaram-se entre os 5% e os 3,7%, respectivamente. Outro facto apresentado pelo IAPMEI (2008) é que para mais de 50% dos indivíduos tratava-se de uma primeira experiência na área do empreendedorismo. De acordo com Schrör (2006) a experiência como empreendedor é importante porque permite fazer uma melhor selecção dos colaboradores, contudo a experiência no ramo não é fundamental para o sucesso como empreendedor. Estes dados mostram que a criação da própria empresa é uma saída para o crescente desemprego e indicam que um empreendedor que já tenha uma determinada experiência na área do empreendedorismo tende a ter sucesso na sua nova empresa.

5.1.2. Grau de exclusão

Marlier e Atkinson (2010) definem exclusão social como um conjunto variado de indicadores. Nolan e Whelan (2009) realçam o papel dos indicadores não monetários para analisar a pobreza e a exclusão social. Anand e Sen (1994) realçam o papel do Índice de Desenvolvimento Humano na desigualdade do género no desenvolvimento humano. De acordo com Fornós (2009) os principais clientes do microcrédito no continente europeu são os indivíduos com problemas económicos, os desempregados e aqueles que não preenchem os requisitos exigidos pelas entidades bancárias, sendo que a eliminação da pobreza é feita através da eliminação da exclusão financeira.

Pela análise da tabela 4.12 do capítulo anterior em Portugal os homens são os mais excluídos com 45% (grau 4 e 5) e na tabela 4.10 verifica-se que o género masculino é mais dependente em relação ao crédito com 77% (grau 4 e 5). A tabela 4.18 indica a relação entre o grau de exclusão e o grau de dependência da actividade em relação ao crédito, os indivíduos com menor grau de exclusão são menos dependentes em relação ao crédito e os indivíduos com maior grau de exclusão são mais dependentes em relação ao crédito. Segundo o INE (2009c) 18% da população portuguesa, em 2007, encontra-se em risco de pobreza¹¹, sendo que essa taxa é de 19% para as mulheres e de 18% para os homens. O relatório da WIDE (2009) retrata as mulheres como sendo mais afectadas pela exclusão social do que os homens, quer pelo desemprego (de longa duração) quer pela situação familiar (famílias monoparentais). Estas características fazem com que elas tenham menos capacidades de pedirem emprestado porque têm menos garantias e assim começam pequenos negócios que exigem pouco capital. De acordo com Mendes *et al* (2007) 60% dos microempresários admitem que não seria possível realizar o projecto sem a ajuda do microcrédito. Para Fornóz (2009) as mulheres são as principais solicitadoras do microcrédito porque existe uma política de suporte aos pequenos negócios sendo que no relatório da WIDE (2009) apenas uma minoria dos empréstimos adoptou uma política de “sensibilidade ao género”. Os dados do microcrédito apresentam-se diferentes da estatística nacional e internacional, onde aponta-se um maior grau de exclusão e de dependência em relação ao crédito por parte da mulher.

Os indivíduos que se encontram no grupo etário C, entre os 25 e os 29 anos de idade, têm um grau de exclusão elevado e os que se encontram no grupo etário E, entre

¹¹ Taxa de risco de pobreza: Proporção da população cujo rendimento equivalente se encontra abaixo da linha de pobreza definida como 60% do rendimento mediano por adulto equivalente (INE, 2009).

os 35 e os 39 anos de idade, têm um grau de exclusão muito elevado (Tabela 4.13). Pelos dados do INE (2009c) 23% dos indivíduos com idades compreendidas entre os 0 e os 17 anos estão em risco de pobreza, 16% para os indivíduos entre os 18 e os 64 anos de idade e 22% para os idosos. Moore (2005) e Fornóz (2009) afirmam que os jovens são mais propensos à pobreza relativamente a outros grupos etários porque encontram-se numa idade de incerteza no mercado laboral. O microcrédito em Portugal segue a mesma tendência nacional de considerar os indivíduos mais novos os que apresentam maior exclusão social e vêem a criação da própria empresa como um escape ao desemprego.

A Tabela 4.16 descreve que 39% dos microempresários é desempregado e a Tabela 4.17 indica que 30% dos indivíduos que recebem o subsídio de desemprego tem grau de exclusão elevado e muito elevado, e 57% dos microempresários que recebem o RMG pertence ao grau 4 ou 5. Segundo o IAPMEI (2008), cerca de 13% dos empreendedores que criaram uma empresa era desempregado e Rodrigues *et al* (1999) refere que dentro das categorias sociais desfavorecidas encontram-se os desempregados de longa duração e os beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido. Segundo a European Microfinance¹² o risco de exclusão social é principalmente elevado para quem se encontra desempregado e para Mendes *et al* (2007) os indivíduos que partem de uma situação inicial de desemprego beneficiam mais do microcrédito do que os indivíduos têm alguma ocupação. Considerando apenas os rendimentos de trabalho, de capital e transferências privadas, em 2008, 41% da população portuguesa estaria em risco de pobreza mas com as transferências sociais¹³ esse valor passa para os 18% (INE, 2009). Analisando a taxa de risco de pobreza consoante o género e o grupo etário antes das

¹² Para uma informação mais detalhada ver: http://www.european-microfinance.org/exclusion_en.php

¹³ Transferências sociais: Inclui os apoios à família, educação, habitação, doença/invalidez, desemprego, combate à exclusão social (excluindo pensões) (INE, 2009c).

transferências sociais, em 2007, as mulheres apresentavam uma taxa de 42% enquanto os homens situavam-se nos 38%, com as transferências sociais passa-se para 19% e 17% para as mulheres e homens. Os indivíduos com mais de 65 anos de idade apresentam uma taxa de 85% de risco de pobreza, 85% para as mulheres e 83% para os homens, com as transferências passa-se para 26%, 27% para as mulheres e 24% para os homens. Em 2007 o risco de pobreza aumentou para os indivíduos desempregados era de 35%, sendo de 28% para os inactivos e 20% para os reformados, os indivíduos empregados encontram-se abaixo do risco de pobreza com 12%.

Através da Tabela 4-14 constata-se que 13% dos indivíduos que não vivem com companheiro tem um grau muito elevado de exclusão, esse valor passa para os 11% para os que se encontram acompanhados. Ainda de acordo com o relatório do INE (2009c) o risco de pobreza atinge valores elevados para os indivíduos que vivem sozinhos (34% se tiver mais de 65 anos e 25% se tiver menos de 65 anos).

A Tabela 4.15 mostra de uma forma geral uma diminuição do grau de exclusão consoante o aumento das habilitações literárias. Um indivíduo sem frequência escolar apresenta um grau de exclusão elevado e muito elevado de 86% mas se tiver o secundário passa para os 15%. Em relação às habilitações literárias, de acordo com Sparkes (1999) os baixos níveis de escolaridade geram exclusão social. O autor acrescenta que a taxa de desemprego diminui à medida que o nível de escolaridade aumenta.

Na Tabela 4.19 verifica-se que 43% dos empresários portugueses têm um grau de exclusão elevado e muito elevado e em relação aos empresários estrangeiros é de apenas 19%. De acordo com Peixoto (2008) o total da população imigrante na população activa em Portugal deve-se situar entre os 5% e os 6%. Para Padilla (2008) os

imigrantes são um dos grupos mais vulnerável das sociedades e em Portugal, nos últimos anos, tem se verificado o aumento do número de empresários estrangeiros. Assim, os inúmeros programas de apoio ao empreendedorismo feminino são um dos factores para o aumento deste fenómeno.

5.2. Limitações

Ao elaborar o presente trabalho verificou-se determinadas dificuldades. Primeiro pela elaboração da base de dados que não apresentaram todos os dados disponíveis, por exemplo, os dados referentes ao grau de exclusão referem-se apenas a 274 microcréditos, num total de 1261. Por outro lado, os dados não indicam os motivos porque se decidiu abrir e fechar o negócio e qual foi o tempo de vida das empresas que fecharam. Os critérios da atribuição do grau de exclusão social e grau de dependência não serem conhecidos.

5.3. Conclusões

O estudo efectuado permitiu um maior conhecimento sobre o microcrédito, principalmente conhecer as diferenças existentes entre o microcrédito em Portugal e nos restantes países. Na literatura referente aos países em vias de desenvolvimento o género feminino surge como o principal cliente do microcrédito mas é no género masculino que se assiste a um elevado grau de exclusão e de dependência ao crédito por vários motivos, serem mais pobres que os homens, terem menos estudos, estarem dependentes economicamente dos maridos. Em Portugal as mulheres também são as principais clientes mas não pelas mesmas razões, há mais mulheres desempregadas no microcrédito e a nível nacional.

Em Portugal mais de metade dos microcréditos concedidos são destinados às mulheres, sendo que 72% delas têm um grau de dependência em relação ao crédito elevado e muito elevado. Contudo, são os homens que têm um maior grau de exclusão em relação às mulheres. Por outro lado, o sucesso do microcrédito no país depende positivamente das habilitações literárias e do estado civil dos microempresários.

Para futuras investigações sobre o tema sugere-se a necessidade de estudar a variação das habilitações literárias e das várias formações dos microempresários depois de obterem o microcrédito. Acrescenta-se ainda a importância de uma análise mais crítica do grau de exclusão, visto que a população alvo do microcrédito ser uma população excluída financeira e socialmente.

Bibliografia

- Alves, M. (2006), O microcrédito: Mais uma panaceia? *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 13, pp. 45-54.
- Anand, S. e Sen, A. (1994), Gender inequality in human development: Theories and measurement, *Occasional Paper*, 19.
- Armendáriz, B. (2009), Microfinance for self-employment activities in the European urban areas: Contrasting crédito in Belgium and Adie in France, Solvay Brussels Schools of Economics and Management.
- Banco Mundial (2002), Gender social inclusion and rural infrastructure services.
- Banco Mundial (2007), Impact evaluation for microfinance: Review of methodological issues, *Doing Impact Evaluation*, 7.
- Banco Mundial (2009), Sustaining the recovery, *World Economic Outlook*,
- BCSD Portugal (2004), *Sustentabilidade*, 2.
- Bento XVI (2009), *Caridade na Verdade*, Paulus.
- Besley, T. (1994), How do market failures justify interventions in rural credit markets? *World Bank Research Observer*, 9(1), pp. 27-47.
- Bolnick, B. (1992), Moneylenders and informal financial markets in Malawi. *World Development*, 20(1), pp.57-68.
- Banking With The Poor Network (BWPN) (2008), Vietnam, Microfinance industry report.

Banking With The Poor Network (BWPN) (2009), Bangladesh, Microfinance industry report.

Campomar, M. (1991), Do uso de “estudo de caso” em pesquisas para dissertações e teses em administração, *Revista de Administração, São Paulo*, 26 (3), pp. 95-97.

Cheston, S. (2007), “Just the facts, ma’am”: Gender stories from unexpected sources with morals from microfinance, *Ada Dialogue*, 37, pp. 13-25.

Cowen, T. (1992), Public goods and market failures in Henderson, D. e Neves, J. (2001), *Enciclopédia de economia*, Principia

DeMartino, R. e Barbato, R. (2003), Gender Differences Among MBA Entrepreneurs, *Journal of Business Venturing*, 18 (6), pp. 815-832.

Dollar, D. e Gatti, R. (1999), Gender inequality, income and growth: Are good times good for women?, Development Research Group, The World Bank.

European Commission (2007), The regulation of microcredit in Europe, Expert Group Report.

European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions (EFILWC) (2007), Income poverty in the European Union.

Eurostat (2010), A statistical perspective on women and men in the EU27, Eurostat Newsrelease.

FIDA (2009), Gender and rural microfinance: Reaching and empowering women.

Fornós, G. (2009), La function social de los microcréditos, Universitat Abat Oliba CEU, Facultat de Ciències Socials.

- Hausmann, R., Tyson, L. e Zahidi, S. (2008), The global gender gap report, *World Economic Forum*.
- Hausmann, R., Tyson, L. e Zahidi, S. (2009), The global gender gap report, *World Economic Forum*.
- Helmore, K., Chidiac, S. e Hendricks, L. (2009), Bringing financial services to Africa's poor, State of the sector report.
- Hoff, K. e Stiglitz, J. (1997), Moneylenders and bankers: Price-increasing subsidies in a monopolistically competitive market, *Journal of Development Economics*, 52, pp. 429-462.
- Hudon, M. (2009), Should access to credit be a right?, *Journal of Business Ethics*, 84, pp. 17-28.
- IAPMEI (2008), Observatório da criação de empresas - resultados do inquérito 2007, Direcção de Planeamento de Estudos.
- INE (2009a), O empreendedorismo em Portugal, indicadores sobre a demografia das empresas.
- INE (2009b), Indicadores sociais 2008.
- INE (2009c), Rendimentos e condições de vida 2008 (dados provisórios).
- Karnani, A. (2008), Employment, not microcredit, is the solution. *Journal of Corporate Citizenship*, 32, pp. 23-28.
- Littlefield, E., Murdugh, J., e Hashemi, S. (2003), Is microfinance an effective strategy to reach the millennium development goals? *Focus Notes – CGAP*, 24.

- Marlier, E. e Atkinson, A. (2010), Indicators of Poverty and Social Exclusion in a Global Context, *Journal of Policy Analysis and Management*, 29 (2), 285–304.
- Mendes, A., Figueiredo, A. Ferreira, M., Santos, C., Carvalho, M., Tavares, T., Rodrigues, M., Lopes, S. e Miranda, S. (2007), Estudo do sistema do microcrédito em Portugal, Centro de Estudos de Gestão e Economia Aplicada, Universidade Católica Portuguesa, Centro Regional do Porto.
- Moore, K. (2005), Thinking about youth poverty through the lenses of chronic poverty, life-course poverty and intergenerational poverty, *Chronic Poverty Research Centre*, 57.
- Monaghan, S. (1995), Gender politics and the international political economy.
- Nawaz, F. (2009), Critical factors of women entrepreneurship development in rural Bangladesh, *Bangladesh Development Research Working Paper Series*, 5.
- Neves, J. (2009), *Nobel da Economia*, Principia.
- Nolan, B. e Whelan, C. (2009), Using Non-Monetary Deprivation Indicators to Analyse Poverty and Social Exclusion: Lessons from Europe? Draft Paper for Joint OECD/University of Maryland International Conference, Paris WP09/11.
- Oliveira, C. (2004), Empresários de origem imigrante em Portugal. Oportunidades étnicas e estruturais e recursos pessoais.
- ONU (1999), Resolution adopted by the general assembly. International year of microcredit, 2005. A/RES/53/197.
- ONU (2001), Business and development. A/56/442.

ONU (2003), Observancia del Primer Decenio de las Naciones Unidas para la Erradicación de la Pobreza (1997-2006).

ONU (2004), Microfinance and microcredit: How can 100\$ change and economy?

ONU (2009), The Millennium development goals report.

Padilla, B. (2008), O empreendedorismo na perspectiva de género: Uma primeira aproximação ao caso das brasileiras em Portugal in Oliveira, C. R. e Rath, J. (2008) Revista Migrações – Número Temático Empreendedorismo Imigrante, 3, Lisboa: ACIDI, pp. 191-215.

Peixoto, J. (2008), Imigração e mercado de trabalho em Portugal: Investigação e tendências, in Peixoto, J. (2008), Revista Migrações - Número Temático Imigração e Mercado de Trabalho, 2, Lisboa: ACIDI, pp. 19-46.

Pereira, P., Afonso, A., Arcanjo, M., Santos, J. (2005), *Economia e Finanças Públicas*, Escolar Editora.

Rallens, T. e Ghazanfar, S. (2006), Microfinance: Recent experience, future possibilities, *Journal of Social, Political, and Economic Studies*, 31(2), pp. 197-211.

Ribeiro, P. e Teixeira, F. (2006), O direito ao crédito é um acesso básico, Entrevista de Muhammad Yunus, Rádio Renascença, <http://static.publico.clix.pt/docs/economia/yunus.pdf>, último acesso 28 de Abril.

Rodrigues, E., Samagaio, F., Ferreira, H., Mendes, M., Januário, S., (1999), A pobreza e a exclusão social: Teorias, conceitos e políticas sociais em Portugal, Revista da Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 9 (1), pp.63-101.

- Schwiecker, S. (2004), The impact and outreach of microfinance institutions: The effect of interest rates.
- Schrör, H. (2006), The profile of the successful entrepreneur, Results of the survey 'Factors of business success', *Statistics in Focus, Industry, Trade and Services*, 29.
- Sen, A. (2000), Social exclusion: Concept, application and scrutiny. Office of Environment and Social Development. *Asian Development Bank Papers*, 1, pp. 1-54.
- Snow, D., e Buss, T. (2001), Development and the role of microcredit. *Policy Studies Journal*, 29(2), pp. 296-307.
- Somavia, J. (2007), Microfinance for decent work: Organization and responsibilities of the Social Finance Programme (SFP), International Labour Organization, 246 (2).
- Yuns, M. (2003), *Banker to the poor: Micro-lending and the battle against world poverty*. Public Affairs.
- Yunus, M. (2005), Eliminating poverty through market-based social entrepreneurship, *Global Urban Development*, 1(1), pp. 1-10.
- UNCDF (2005), Building inclusive financial sectors to achieve the millennium development goals.
- WIDE (2009), Microcredit: an alternative for women's empowerment? Report one-day consulting organized by WIDE.
- Wooldridge, J. (2009), *Introductory econometrics, a modern approach*. 4th edition.

Zhang, Z., Zyphur, M., Narayanan, J., Arvey, R., Chaturvedi, S., Avolio, B., Lichtenstein, P. e Larsson, G. (2009), The genetic basis of entrepreneurship: Effects of gender and personality, *Organizational Behavior and Human Decision Processes* (110), pp. 93–107.

Sítios da Internet

INE www.ine.pt

European Microfinance Network www.european-microfinance.org